

Eleição pode ser a última com segundo turno

13 JUL 1998

Reforma em estudos preserva dispositivo só para disputa presidencial e apenas se líder não atingir 40% dos votos

SILVIO BRESSAN

Se depender do projeto de reforma política que está em discussão no Congresso, esta será a última eleição com segundo turno no País. A exceção seria a disputa presidencial, desde que o primeiro colocado não atinja 40% dos votos. A partir daí, mesmo que não supere a soma dos outros candidatos, será suficiente uma vantagem de 15 pontos em relação ao concorrente mais próximo. A tese é polêmica, mas foi reforçada na semana passada por um levantamento do cientista político Rubens Figueiredo, diretor do instituto Cepac Pesquisa & Comunicação, que aponta um crescimento cada vez maior da repetição do resultado do primeiro turno na segunda votação.

Desde sua instituição, com a Constituinte de 1988, o expediente foi utilizado em cinco pleitos. Em 1989, Fernando Collor venceu nas duas rodadas a disputa pela Presidência. E, de 1990 a 1996, o índice de vitórias repetidas tem aumentado. Nas duas eleições municipais (1992 e 1996), cresceu de 73% para 84%, enquanto nas estaduais (1990 e 1994) subiu de 66% para 68%. No geral, pode-se dizer que, pelo menos em dois terços das disputas de segundo turno realizadas hoje, o vencedor foi o mesmo da primeira apuração.

Artificial — Figueiredo cita as últimas eleições, em 1996, quando 31 cidades tiveram disputas no segundo turno. “Em 25 delas, o ganhador do primeiro turno confirmou a vitória”, observa. “Isso quer dizer que em apenas 0,1% dos 5.500 municípios brasileiros o segundo turno modificou o resultado do primeiro.”

Para ele, isso já seria motivo suficiente para questionar a repetição da disputa, mas há outras razões. Uma delas é a forma como os candidatos buscam ou oferecem alianças para vencer a nova disputa. “O segundo turno cria uma situação artificial, com acordos espúrios que só confundem o eleitorado e depois não se confirmam no governo”, avalia Figueiredo.

Além disso, no seu entender, o nível da campanha piora. “O radicalismo e o fisiologismo aumentam, o que só contribui para o descrédito da política.” Ele também anota que, a partir de agora, com a reeleição, uma segunda rodada será ainda mais dispensável. “A reeleição transformou a disputa em um ple-



Machado: “Só serve para estimular o personalismo e o fisiologismo”

PRORROGAÇÃO DUVIDOSA

História recente do segundo turno nos Estados e municípios é de poucas viradas

Ano das eleições	Confirmaram o resultado do primeiro turno	Viraram
1990	10	5
1992 (*)	19	7
1994	13	6
1996 (*)	25	6

Fonte: Cepac - Pesquisa & Comunicação

(*) Eleições municipais

ArtEstado/Hugo Carnevalli

biscito a favor do governo ou contra ele”, explica. “Na maioria dos Estados, a eleição já estará polarizada desde o primeiro turno.”

Também para o relator da reforma política, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o segundo turno não cumpre mais seus objetivos. “Na época, isso representou um avanço, mas hoje não tem mais utilidade nas disputas municipais e regionais”, julga. “Não são embates ideológicos, mas administrativos, e o segundo turno só serve para estimular o personalismo e o fisiologismo.”

Na avaliação de outros especialistas, contudo, o segundo turno ainda é o melhor instrumento para

decidir uma disputa eleitoral. O diretor do instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, por exemplo, cita as viradas de Luiz Antônio Fleury (então no PMDB) sobre Paulo Maluf (à época no PDS) na briga pelo governo paulista em 1990 e de Eduardo Azeredo (PSDB) em cima de Hélio Costa (PFL) na eleição mineira de 1994. Maluf e Costa venceram no primeiro turno, mas perderam na segunda rodada. “Ainda que, de 27 disputas estaduais, só houvesse uma virada como

essa, o segundo turno já estaria justificado”, pondera Coimbra.

Da mesma forma, o cientista político Olavo Brasil de Lima Júnior considera esse instrumento funda-

mental para a democracia. “Se alguém é eleito com 34% dos votos, por exemplo, isso significa que a maioria ficou na oposição”, analisa Lima Júnior. “A eleição democrática tem de ter um mecanismo para que se obtenha a maioria expressiva.”

Embora admita que algumas alianças para o segundo turno se tornam verdadeiras “aberrações”, Olavo salienta que não se pode confundir a situação dos partidos com a dos eleitores. “Com ou sem segundo turno, as alianças nunca servem de sustentação para o governo; são apenas eleitorais”, observa. “Não fosse assim, teríamos o parlamentarismo e não o presidencialismo.”

O importante, segundo ele, é a oportunidade de eleger um candidato com a maioria dos votos. “Do ponto de vista do eleitor, o segundo turno é um excelente instrumento para exercer a democracia”, avalia. É o que acha também a cientista política Maria Vitória Benevides, para quem o segundo turno é uma verdadeira escola para a formação política do eleitorado. “No primeiro turno se escolhe e no segundo se elimina”, resume a professora da USP.

Salada — Ainda na opinião de Maria Vitória, o eleitor está maduro o suficiente para não confundir a salada das alianças com seu direito de fazer uma nova escolha. “Basta ver o Rio de Janeiro, onde o eleitor do PT não engoliu a aliança com o PDT”, comenta. O mais importante, no seu entender, é o eleitorado poder escolher o menos pior. “Esse voto do segundo turno é essencialmente político”, diz ela. “No primeiro, o eleitor vota com o coração e a razão, mas no segundo ele terá de usar só a razão.”

A falta desse instrumento, de acordo com Lima Júnior, sempre gerou problemas na história dos partidos brasileiros. Especialista no assunto, ele lembra que a UDN, antigo partido conservador, reclamava muito, na década de 40, das vitórias do PSD e do PTB, que conseguiam pouco mais de 30% do eleitorado. “Eles acusavam, com certa razão, a falta de legitimidade do candidato eleito.”

Essa pode ter sido, de acordo com o professor, uma das causas do enfraquecimento do ex-presidente Jânio Quadros, eleito em 1960, que renunciou ao cargo em menos de um ano. “Ele tinha um percentual muito baixo de votos e não conseguiu governar, talvez por falta de legitimidade”, cogita o cientista. “Não sei se com segundo turno a história seria diferente, mas é certo que Jânio teria mais respaldo para governar.”



VITORIOSO
FOI O MESMO
EM DOIS TERÇOS
DOS CASOS